

OAB vê perigo de um conflito no Toldo e defende solução política

"Ou o Brasil assume o que está na Constituição, que garante a terra aos índios, ou assume o genocídio que está sendo praticado". A afirmação é do advogado Alvaro de Souza, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC, que juntamente com o presidente da entidade, Genir José Destri, denunciou ontem à imprensa, em entrevista coletiva, o risco de um confronto armado entre os índios e os colonos que disputam a área em litígio conhecida por Toldo Chimbangue ou Sede Trentin, no município de Chapecó. O alerta é justificado pelo clima de extrema tensão reinante naquela região, depois que o Grupo de Trabalho Interministerial decidiu, no início do mês, que as terras em questão pertencem de fato e de direito aos indígenas.

Para o presidente da Seccional catarinense da OAB, Genir Destri — que também é da região de Chapecó, inclusive já tendo a oportunidade de advogar em defesa dos Caingangues — acha que chegou o momento de uma decisão política. "Se formos esperar para resolver o caso pela via judicial, chegaremos ao ano dois mil sem nenhuma solução", frisou. Através de uma comissão permanente encarregada da defesa das comunidades indígenas, tendo à frente o advogado Alvaro de Souza, tem acompanhado e participado intensamente dos fatos e das negociações que dizem respeito ao Toldo Chimbangue (para os colonos Sede Trentin). Essa participação já impediu um conflito armado no ano passado

e foi decisiva para a obtenção de um acordo provisório. Agora, porém, a conciliação parece bem mais distante.

JUSTIÇA SOCIAL

A OAB, no entanto, esclarece que sempre teve a preocupação de resguardar a posse permanente da terra como os índios, todavia, buscando igualmente uma solução justa para os agricultores e familiares, que ali se instalaram sem o amparo legal. Genir Destri observa que interferências diversas, principalmente de caráter político, têm servido de obstáculo a um entendimento e agravado o relacionamento entre brancos e índios. "Muita violência tem sido praticada principalmente contra a comunidade indígena, mas até aqui nenhum caso, mesmo os de morte, foram apurados pelas autoridades competentes", lamentou.

Com a decisão do Grupo de Trabalho Interministerial, com fundamento em amplo trabalho subsidiado inclusive pela OAB/SC, houve um acirramento de ânimo da parte dos colonos, que ameaçam adotar represálias. E demonstrando que não estão brincando, segundo o relato dos advogados, impediram na última semana que fosse realizada a vacinação antipólio em crianças índias, bem como vêm impossibilitando o trânsito dos índios na área, impedindo-os de comercializarem seus produtos, o que é vital para a sua sobrevivência. Na próxima semana é esperada uma comitiva da Funai, que deverá estudar uma saída pacífica para o conflito.

Chegada do emissário movimenta Chimbangue

Chapecó — Sem emitir juízos ou antecipar decisões, o secretário-geral do Ministério do Desenvolvimento Regional, Aírton Almeida, visitou ontem o conturbado local de disputas entre índios e brancos — Toldo Chimbangue/Sede Trentin.

O secretário-geral do MDR veio só — hoje chega o coordenador do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, José Reis — e passou o dia de ontem visitando a sede da comunidade rural. No início da tarde ele foi recebido por 1.000 agricultores com faixas, cartazes e discursos — todos pedindo justiça que se traduza na manutenção das terras dos brancos. O secretário geral ouviu as reivindicações dos colonos liderados por Fidélis Trombetta e uma comissão de homens, mulheres e jovens.

A tônica dos pedidos era "rapidez para uma decisão pacífica" para acabar com a angustiante espera que dura mais de um ano, depois que o conflito se agudizou. Aírton Almeida ouviu a todos, não emitiu opiniões e se recusou a comentar a validade ou nulidade das escrituras de posse que os proprietários rurais detêm há 40, 50 e até 60 anos. O visitante observou que Sede Trentin é "uma comunidade ordeira e pacífica". Elogiou a organização da recepção. Na verdade, toda a comunidade branca foi mobilizada para receber a "comissão". Tratores, carroças, implementos e utensílios agrícolas, material de comunicação visual e muito público compunham o aparato para receber o secretário-geral do MDR.

Hoje, Aírton Almeida e seu colega do MRDA visitarão todas as comunidades irmãs de Sede Trentin e inclusive a área de 122 hectares, no extremo da comunidade, onde estão alojadas precariamente as 18 famílias de índios caingangues. Ali, os dois enviados do Governo federal conhecerão o estado miserável a que se reduziram os nativos. Aírton Almeida informou que, concluída a sua visita, apresentará em 48 horas um relatório consubstancial sobre o caso que, na versão do funcionário federal, agilizará a decisão que está engatilhada em Brasília há várias semanas.

O Prefeito Ledônio Migliorini, que esteve duas vezes em Brasília buscando uma solução para o conflito, sugeriu que seja adotada uma decisão conciliatória que promova a distribuição de terras a índios e brancos proporcionalmente ao número de famílias e às necessidades para subsistência de cada uma delas. O assessoramento do secretário geral do MDR, a equipe local do Inera, o Deputado Federal Ernesto José de Marco (PMDB) e o prefeito municipal. Quando o secretário do Ministério do Desenvolvimento Regional retornou à cidade de Chapecó, os colonos proclamaram uma pequena vitória: eles estão otimistas com as visitas de ontem e hoje e acreditam que elas podem reverter a situação em favor deles.

Em Sede Trentin/Toldo Chimbangue estão em jogo 1.885 hectares de terras férteis onde se processa intensa exploração econômica pela agricultura, avicultura e suinocultura. Ali vivem 18 famílias de índios e 130/150 de colonos brancos.

A posição dos pecuaristas sobre a reforma

Lages — Presidentes de Sindicatos Rurais e Pecuaristas da região se reuniram ontem com a direção da Faesc, em Lages, onde discutiram algumas posições a serem tomadas com relação ao projeto de reforma agrária pretendido pelo Governo. Os sindicatos também se organizam para seguir a Brasília na próxima semana a fim de participar do Congresso Brasileiro de Reforma Agrária.

Conforme os pecuaristas da Região eles têm que "oferecer resistência e contra-atacar", considerando que não "podem pagar por uma experiência que de antemão sabem que não vai dar certo". Ivo Tadeu Bianchini, presidente da Faesc que presidiu a reunião, lembrou que não se tem noção ainda, com base no projeto do Governo quais as propriedades que estariam sendo ameaçadas pela reforma em Santa Catarina, "pois o projeto não estabelece nada disso, não é claro, e sendo assim todas as propriedades estão ameaçadas, independentes do tamanho e em função da tensão social existente na Região. Queremos é definições claras que nos dêem nossos direitos e nossos deveres", disse ele.

Lembram que o Governo esperava que a classe rural se manifestasse contrária à reforma e colocando esta contra os sem-terra resultaria em conflito, "mas isto não aconteceu", argumentam, porque antes os proprietários estão se organizando para se tornar uma só força e aí então resistir. Entendem que para a reforma agrária tem que haver uma seleção daqueles que pretendem as terras, que deverão ser doadas em forma de comodato, "XEVITANDO assim que aqueles que não estão qualificados para trabalhá-la venham vendê-las mais tarde, voltando a requerer mais do Governo".

O Presidente do Sindicato Rural de Lages, Plínio Ramos, observou da necessidade de se fazer um levantamento de como se encontram hoje as áreas de terra doadas pelo Estado (dois produtores em cada município), há cerca de dois anos, entendendo que este programa efetuado poderá dar agora uma idéia prática dos resultados da reforma agrária.

Governo no tocante à quantidade de terras improdutivas, uma vez que "nem toda a terra é aproveitável para a agricultura e mesmo a pecuária, e entendem que as áreas boas estão sendo aproveitadas". Mesmo no Planalto catarinense, argumentam, existem grandes faixas de terras que servem unicamente para a pecuária extensiva, "portanto, temos de conhecer exatamente os critérios a serem adotados". Eles temem que exatamente as áreas mais produtivas venham a ser as mais visadas para a reforma agrária. Citou-se, por exemplo o caso do Planalto Norte do Estado, onde há uma área de seis mil hectares que tem um solo de ótima qualidade, mas serve como campo de manobras do Exército e que sem dúvida não entrará na reforma. Lembram também a quantidade de áreas reforestadas existentes em Santa Catarina, que ficarão igualmente a salvo da reforma agrária e que seriam terras com condições de produzir alimentos.

Outros levantam ainda que como a Igreja progressista está apoiando o movimento dos sem-terra, deverá ser a primeira a repartir as suas e que compreendem um volume significativo dentro do Estado. Embora se saiba que a área pertencente à Igreja é grande, Ivo Tadeu Bianchini lembra que é difícil um levantamento "uma vez que estão isentas de impostos e não são cadastradas".

Há os que defendem que, ao invés de reforma agrária, "bastaria o Governo modificar a legislação trabalhista, que não se preocuparia mais com os sem-terra porque estes teriam onde trabalhar e seriam bem pagos, principalmente se promovessem igualmente uma política agrícola diferente". Mesmo porque distribuir apenas as terras não significa, como prevê o Governo "um aumento de produção", como observou Plínio Ramos, acrescentando que "é de conhecimento de todos que os fatores de produção se devem 15% à terra e o restante aos recursos e investimentos feitos em cima dela". Como os sem-terra não dispõem de recursos, não poderão produzir e, conseqüentemente, haverá uma desestabilização do sistema de produção.

Os proprietários rurais estão dispostos a defender suas propriedades até o fim e agora começam a se organizar com vistas a isso.

MELHORES TERRAS

Existe um grande questionamento para os produtores quanto à argumentação do